



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO N º , DE 2019

(Do Sr. Orlando Silva)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática para debater as consequências da privatização do SERPRO e DATAPREV.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 24, III, e 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública desta Comissão, em conjunto com a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater sobre as consequências da privatização das empresas públicas Serviço Federal de Processamentos de Dados (SERPRO) e Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (DATAPREV), anunciadas pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Para tanto, sugiro que sejam convidados:

- Caio Mario Paes de Andrade, Presidente do Serpro;
- Christiane Almeida Edington, Presidente do Dataprev;
- Rodrigo Assumpção, Ex-presidente da Dataprev,
- Telma Maria de Castro Dantas, Diretora da Fenadados;
- Vera Justino Guasso, diretora coordenadora do SINDPPD-RS.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA

O ministro da Economia, Paulo Guedes, anunciou que o governo Federal pretende privatizar o maior número de empresas públicas, que hoje somam 138. Segundo o ministro, as primeiras estatais a serem vendidas são aquelas que dependem de repasses e que consomem R\$ 15 bilhões por ano, entre elas, as duas maiores empresas estatais de TI do país, o Serpro e a Dataprev.

A política privatista do Governo do presidente Bolsonaro e seu ministro da Economia ignora o fato de que a Dataprev é superavitária, além do mais é uma empresa estratégica para o Estado brasileiro, pois é ela que armazena os dados relacionados a 35 milhões de segurados do INSS, por exemplo.

A outra empresa de tecnologia, o Serpro, além do sistema de interoperabilidade das diferentes redes públicas, é detentora dos dados sobre o imposto de renda e a vida fiscal de todos os brasileiros e empresas, sobre o CPF e CNPJ, os Passaportes, a Carteira Nacional de Habilitação, dados de importação e exportação, o controle portuário, os repasses federais, entre outros serviços.

Neste sentido, debater com as duas Comissões permanentes desta casa, mais afetas ao tema e envolvendo os diversos setores envolvidos – Governo, Parlamento e trabalhadores, é urgente e necessário, sob o risco de se ter um fato consumado que afete os interesses do estado brasileiro no processamento de dados estratégicos, que dizem respeito à soberania nacional

Sala da Comissão, de setembro de 2019.

Deputado Orlando Silva
PCdoB-SP